

Apresentação Candidatura CDU – 23 Abril de 2009

Intervenção José Luís Borges Coelho Maestro, Primeiro Candidato à Assembleia Municipal do Porto

“Permita-se-me que comece por saudar o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, o Camarada Jerónimo de Sousa, que quis distinguir este acto com a sua presença.

Amigos

Camaradas:

É com a maior confiança que encaro o desafio que o meu Partido me faz, no momento em que decide colocar sobre os meus ombros a enorme responsabilidade de dar rosto à lista da CDU candidata à Assembleia Municipal do Porto.

Essa confiança cobro-a eu neste Colectivo indómito que ninguém viu ainda vacilar em circunstância alguma, que nenhuma adversidade venceu, pela simples razão de que não cai na esparrela de se deixar invadir por dúvidas existenciais.

O que não quer dizer – longe disso – que não leia os sinais dos tempos e que não reflecta essa leitura na sua orgânica, no seu discurso, na sua têmpera.

Os instrumentos de observação de que dispõe, constantemente afinados no contacto com a realidade dum mundo em permanente ebulição, são de molde a não o deixar iludir por fogos-fátuos, a não o deixar, em circunstância alguma, correr atrás do ilusório ou perder o norte.

Sabemos rigorosamente onde estamos e por que assim estamos. Nós e todo este complexo e desordenado mundo em que nos inserimos e ao qual intentamos transformar.

Mas, esta confiança, este alvoroço com que encaro o combate que me espera – que nos espera –, não significa que a perspectiva dele me não traga numa íntima inquietação que entrou a fazer parte do meu quotidiano. Inquietação que, provavelmente, advém de saber que não posso incomodar sem me incomodar. De saber que este é um desafio a que verdadeiramente se não pode responder sem desassossego.

Ora, acontece justamente que o meu labor quotidiano, quase desde que me conheço, consiste em procurar fundir o diverso, por vezes o muito diverso, num conjunto harmonioso, em que todos se revejam, em que cada um experimente esse indizível prazer de diluir no colectivo o seu contributo individual por mais marcado que ele seja, num processo que sempre parte do pressuposto da constante mobilização de vontades que se disponibilizam para se deixarem ductilizar sem que isso signifique nunca que se descaracterizem, antes se enriquecem.

O que na minha arte, ao fim de porfiado burilar, resulta em equilíbrio, em fusão, em plasticidade, em fluidez a acender-se num fazer colectivamente assumido e assumido do modo mais democrático que aí haja, sintetizá-lo-ei aqui, neste contexto, servindo-me simplesmente da palavra *consenso*. A correcta concatenação dos elementos mais díspares, o modo como eles interagem, isso de que se constrói a obra de arte, resumir-se-á, afinal, à construção dum *consenso*. Por mais que nos pareça ele distante, mormente quando a dita obra se faz essencialmente de inovação e se nos apresenta momentaneamente incompreensível. A isso, pois, à consecução porfiada de consensos, me tenho dedicado, com maior ou menor sucesso. Para tudo dizer, quase não fiz na vida outra coisa senão procurar consertar o diverso e mesmo o antagónico; senão pegar no conflito e tentar valorizá-lo em concórdia.

Reparo mesmo que, membro que tenho sido, de há quatro mandatos a esta parte, da Assembleia a que agora me candidatam como cabeça de lista, as minhas intervenções aí, se podem, em boa verdade, resumir a isso: a uma procura, ainda se raras vezes conseguida, do *acordo*, porquanto buscaram elas, persistentemente, reflectir e fazer reflectir antes que confrontar. O único confronto, se pode dizer, de que foram capazes, foi o do incómodo que sempre vem com o interrogar, o do desassossego que sempre resulta do questionar.

Se uma que outra vez, foram capazes essas intervenções de conquistar um tempo regimental suplementar não regateado, uma situação houve – e essa flagrante – em que a incomodidade provocada pelo repetido martelar das interrogações se ia fazendo tão excessiva que a palavra me foi abruptamente retirada, apesar do uso que fazia dela se situar fora da contagem de tempo regimental, porquanto falava na qualidade de representante da própria Assembleia numa Fundação de parques recursos e objecto ainda mais parco (embora se lhe não discuta a importância), e que, apesar disso, dava pelo ambicioso nome de Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto (aquela fracassada fundação do fracassado, apesar de tão badalado, projecto de erradicação dos ditos ‘arrumadores’).

Mas não é pelo interrogar e pelo questionar que passa – sempre – a busca de um sentido que explique a realidade sobre que nos debruçamos? E não é essa a condição para que a possamos transformar, segundo o luminoso dito de Marx?

Ora, no momento presente, nunca será muito o que possamos fazer por essa transformação se nos quisermos orgulhosamente sós.

Como gostaria de trazer aqui o testemunho duma Assembleia Municipal que fosse um espelho das virtudes da democracia! Mas não. Não é muito luminoso tudo quanto possa dizer a respeito do que tem sido o seu funcionamento e da importância com que

a vem encarando este executivo camarário do nosso descontentamento, com que a encara sobretudo o homem que, para infortúnio do Porto, a ele preside.

É facto que todas as opiniões se podem exprimir ali, desde que respeitem os tempos e as figuras regimentais. Era o que falta que não! E é também um facto que a essas opiniões sempre há alguém que as escute. Mas, de que modo? Por via de regra, couraçando ouvidos e mentes para não se deixarem arredar dos seus próprios pontos de vista, para, com maior ou menor habilidade, fazerem valer a seguir as suas razões (as mais das vezes sem razão nenhuma) por sobre a transparente razão alheia.

A procura do bem comum, que há-de ser o objectivo último de um órgão do poder legitimado no voto, confunde-se vezes demais com a satisfação dos desígnios pequeninos da maioria de serviço. E como isso pode ser, e é, pernicioso, quase insuportável, quando essa maioria é absoluta! Ou quando o voto de qualidade do Presidente, como acontece no mandato que neste ano chega ao fim, pode desempatar, e desempata sempre, a favor dos desejos da coligação no poder, quaisquer que sejam as razões que lhes assistam. O que vem a dar no mesmo.

Ah! As maiorias absolutas!

Já atentaram nos 'ares' – na 'importância' – que se dá uma maioria absoluta? Tanta tanta é essa importância que, desde logo, escusa opinião alheia. Pode até dar-se ao luxo, a páginas tantas, de simular que a quer, de organizar umas consultas públicas, de feirar umas quantas conferências todas "altamente", de encomendar umas avaliações, todas, é claro, 'independentes', de ir mesmo, quinzenalmente, ao Parlamento, aparentemente a prestar contas, como agora faz o Governo da Nação: uma maioria absoluta sabe sempre absolutamente tudo de absolutamente tudo. As oposições, por definição minoritárias, não sabem nunca nada de coisíssima nenhuma, nunca lhes assiste, era o que faltava!, a mais leve réstia de razão. De sorte que, se para uma dessas maiorias, não há como ir ao Parlamento assim, com as costas quentinhas da bancada de suporte, para outra pode muito bem nem a bancada de suporte ser suficiente lenitivo, tal a náusea que demonstra no confronto com o contraditório, mesmo sabendo que ele não tem a mínima hipótese de lhe causar a mais pequena mocha. E é um fartar. A maioria absoluta apouca, amesquinha, achincalha tudo o que não seja as suas profundíssimas razões.

Triste espectáculo o duma democracia assim!

Há excepções? Pois há. Mas, quem as protagoniza? E quem o não sabe?

Eis por que é imperioso dar a volta isto. Eis por que é imperioso criar as condições para que os órgãos de poder funcionem no respeito e na consideração de todas as opiniões, na consideração de todos os interesses (ainda dos mais antagónicos) de todas, mas absolutamente todas, as pessoas que integram uma comunidade, seja ela nacional, seja autárquica, como é o caso.

Só o voto na CDU é o voto nessa mudança.

Viva o PCP! Viva a CDU!"